

Considerações no atendimento às pessoas com deficiência visual

Trata-se de uma situação irreversível de diminuição da resposta visual que podem ter causas hereditárias. O deficiente visual pode apresentar baixa visão em diferentes graus: leve, moderada, severa e profunda ou cegueira, onde há ausência total da resposta visual.

No atendimento às pessoas com deficiência visual considera-se a idade em que ocorreu a deficiência, como é a manifestação, qual é a origem, além do tipo e grau da visão residual. Todos estes fatores vão intervir na sua interação com a atividade educativa. Um cego congênito, por exemplo, terá mais dificuldade na descrição de cores, fato melhor compreendido deficiente que adquiriu cegueira, pois tem uma memória visual. Como não é possível conhecer o histórico detalhado de cada visitante, abrangemos o atendimento de maneira a contemplar pessoas com baixa visão e cegos.

Caso seja necessário conduzir um deficiente visual lembre-se que a bengala é o seu ponto de apoio. A bengala investiga o próximo passo, de modo que deve ser entendida como mais um membro de seu corpo. Não devemos puxá-la ou segurá-la na tentativa de orientar o deficiente. Ele deve segurar o braço do guia e não o contrário. Ao verificar um obstáculo, o guia deve dobrar o braço para trás e explicar que o espaço é estreito.

Se for necessário ajudá-lo a sentar-se, colocar a mão do deficiente visual no encosto (e braço se houver) da cadeira. Caso não tenha encosto, colocar a mão diretamente no assento. Nunca apoiar as mãos em seus ombros, forçando-o a sentar, ele só precisa saber onde está a cadeira. Use um tom de voz natural para falar com a pessoa cega. O fato de não ver não significa que ela não ouça bem.

Ao conduzir uma pessoa com deficiência visual a um ambiente que lhe é desconhecido, oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha posteriormente. Dê detalhes sobre o espaço que estão e sobre o que está acontecendo para que a pessoa cega possa aproveitar a vivência da situação.

O uso de peças táteis como taxidermias, miniaturas de animais e peles de serpente, por exemplo, facilita a interação e a compreensão deste visitante. Não raramente, ele trará ao monitor questionamentos que possivelmente não

foram atentados anteriormente, como a textura de pêlos ou formato anatômico de algumas estruturas animais.

Muitos cegos utilizam cão-guia para facilitar sua locomoção e, em hipótese alguma, devemos interagir com o animal, oferecendo carinho, água ou alimento, a não ser que o deficiente autorize ou oriente para isso. O animal é condicionado para realizar sua atividade enquanto guia, portanto ofertar algum destes itens pode gerar um resposta aleatória, comprometendo o condicionamento. O cão-guia apresenta um equipamento próprio composto por coleira, guia e arreio com alça.

A audiodescrição é uma outra estratégia de atendimento aos deficientes visuais. Através desta técnica, o educador descreve com maiores detalhes sobre os animais, levando em consideração o que pode ser encontrado em cada recinto. Na audiodescrição nunca será possível passar todas as informações. Cabe ao educador verificar o que é de maior relevância e deverá ser comunicado. Se houver necessidade de falar com microfone, iniciar a atividade sem este uso. Caso desde o início o educador fale com microfone, possivelmente o deficiente visual se posicionará a frente da caixa de som e não da pessoa que lhe transmite a informação.

Catia Melo

Bióloga, Especialista em Libras, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Aprimoramento Profissional em Educação Ambiental no Zoológico de São Paulo.